

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

BEATRIZ VOGT

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

FOZ DO IGUAÇU
2016

BEATRIZ VOGT

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, UFPR, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Egon Walter Wildauer

FOZ DOIGUAÇU
2016

Ao meu marido Jair, que é grande incentivador e acredita no meu potencial e na realização dos meus sonhos!

AGRADECIMENTOS

Gostaria, antes de tudo, de agradecer a Deus pela vida.

Agradecer a meus pais, João Arnaldo e Onilva, por serem os melhores exemplos de vida que conheço;

Agradecer de maneira bem especial, ao meu marido Jair, por ser meu grande incentivador e me dar apoio e força, me ajudando muito nos momentos de incerteza e colaborando nas tarefas diárias, com amor e carinho;

Agradecer a minha irmã Inês, por fornecer material de apoio para pesquisas e auxiliar nas atividades.

Agradecer especialmente, minha colega Gisleine Reimbrech, pelo apoio e ajuda na realização do Trabalho de Conclusão de Curso;

Agradecer aos tutores, em especial a tutora Sônia, que eu certamente não teria conseguido, sem sua dedicação, mensagens, e e-mails, e ao orientador Professor Egon, pelo auxílio e ajuda.

Agradecer a todos que colaboram para minha formação.

“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.

(Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

O presente trabalho trata de uma proposta de ampliação da aplicação do Projeto Escola de Pais, da ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, em Foz do Iguaçu, já implantado em algumas famílias, para as outras famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal, na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná. O projeto em execução, realiza atividades formativas que oportunizem o desenvolvimento integral de famílias das regiões mais vulneráveis do município mencionado, com vistas a fortalecer vínculos familiares fragilizados na perspectiva de prevenir situações de acolhimento institucional, evitando o abandono infantil e a violação dos direitos da criança e do adolescente. Esse projeto apresenta resultados que o credencia à expansão para as demais famílias, beneficiárias do programa Bolsa família que em razão da vulnerabilidade social preservam a pobreza e a transferem a seus filhos. O objetivo da proposta é incrementar o programa de garantia de renda propiciando um meio efetivo de desenvolvimento social e econômico.

Palavras-chave: Desenvolvimento Social, Redução da pobreza, Bolsa família.

ABSTRACT

This paper is a proposal to expand the application of the Parent School Project, the NGO SOS Children's Villages Brazil, Foz do Iguaçu, already deployed in some families to other families benefiting from the Bolsa Família Program of the Federal Government in the city Foz do Iguaçu - Paraná. The project running, conducts training activities that give the opportunity for comprehensive development of families of the most vulnerable regions of the Mentioned municipality, in order to strengthen weakened family ties with a view to prevent institutional care situations, preventing child abandonment and violation of children's rights and adolescents. This project presents results that accredits the expansion to other families, beneficiaries of the Family Grant program that because of social vulnerability preserve poverty and transferred to their children. The aim of the proposal is to increase the income security program providing an effective means of social and economic development.

Keywords: Social Development, Poverty Reduction, Bolsa Familia.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1: EVOLUÇÃO IDHM EM FOZ DO IGUAÇU..... | 20 |
| FIGURA 2: GRÁFICO BENEFICIÁRIOS PBF EM FOZ DO IGUACU..... | 22 |
| FIGURA 3: FOTO 1 BAIRRO PORTO MEIRA - BUBAS..... | 30 |
| FIGURA 4: FOTO 2 - FAMILIAS PARTICIPANTES DO PROJETO..... | 32 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1: ÍNDICES DE IDHM EM FOZ DO IGUAÇU | 20 |
| TABELA 2: ÍNDICES DE RENDA POBREZA E DESIGUALDADE | 24 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|---|
| CAPS | - Centro de Atenção Psico Social |
| CEF | - Caixa Econômica Federal |
| CONANDA | - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente |
| GINI | - Índice para medir o grau de concentração de renda |
| IDH | - Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDHM | - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| IPEA | - Instituto de Pesquisa |
| IPECE | - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará |
| NUCRIA | - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes |
| ONG | - Organização Não Governamental |
| PBF | - Programa Bolsa Família |
| PDF | - Plano de Desenvolvimento Familiar |
| PNUD | - Programa das Nações Unidas |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1. APRESENTAÇÃO..... | 13 |
| 1.2. OBJETIVO GERAL..... | 14 |
| 1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 14 |
| 1.5. JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO..... | 14 |
| 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 17 |
| 2.1. BASES CONCEITUAIS..... | 17 |
| 2.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ... | 18 |
| 2.3. O DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS INDICES DE IDH..... | 19 |
| 2.4. O PROGRAMA BOLSA FAMILIA..... | 21 |
| 2.5. INDICADOR DE POBREZA E ÍNDICE GINI | 23 |
| 3. DIAGNOSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA | 25 |
| 3.1. DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO | 25 |
| 3.2. DIAGANOSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA..... | 26 |
| 3.3. MATERIAL | 28 |
| 4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA DESCRIÇÃO PROBLEMA | 29 |
| 4.1. PROPOSTA TÉCNICA | 29 |
| 4.1.1. PLANO DE IMPLANTAÇÃO | 29 |
| 4.1.2. RECURSOS..... | 31 |
| 4.1.3. RESULTADOS DO PROJETO IMPLANTADO | 31 |
| 4.1.4. MELHORIAS CONSTATADAS | 32 |
| 4.1.5. RESULTADOS ESPERADOS..... | 33 |
| 5. CONCLUSÃO | 34 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 35 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O presente estudo tem o objetivo de propor a implementação do Projeto Escola de Pais, na ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, para as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em Foz do Iguaçu, como forma de combate à pobreza.

Considerando que um dos grandes desafios das políticas públicas do nosso momento histórico é o desenvolvimento sustentável e sistêmico, ou seja, coeso, e considerando que a sustentabilidade se fundamenta em três pilares, o econômico, o social e ambiental pressupõe-se que para alcançar o desenvolvimento devemos partir de um processo que de forma compartilhada e harmônica, permita a população carente condições de subsistência e crescimento econômico e social. Considerando a questão social, a pobreza acentuada marginaliza e exclui a participação das pessoas, no presente e no futuro, dos benefícios do desenvolvimento e da riqueza coletivamente produzida. Da mesma forma, nada se faz sem sustentabilidade econômica. A economia deve ter sustentação consistente, a ponto de permitir que haja previsibilidade, duração no processo de desenvolvimento, possibilitando a tomada de medidas de longo prazo, de modo muito coerente com o progresso esperado.

Partindo das considerações acima, espera-se que as políticas públicas de combate a pobreza prevejam, também programas de desenvolvimento no âmbito familiar, profissional e econômico de modo a permitir o resgate destas famílias do círculo vicioso da pobreza e subdesenvolvimento. É inquestionável o papel da educação no processo de resgate e na sustentabilidade dos programas e projetos de combate a pobreza, sendo que a educação deve ser tratada no futuro pela inserção e obrigatoriedade de manutenção das crianças na escola e também no presente pelo desenvolvimento de projetos que proporcionem aos pais e adultos das famílias opções de aprendizado, mesmo que diverso da educação formal, que auxiliem no desenvolvimento humano imprescindível para o combate a pobreza de maneira eficiente e eficaz.

Assim sendo consideramos a situação das famílias que possuem na Bolsa Família a única renda estável para a aplicação do Projeto Escola de Pais como

forma de auxiliar no desenvolvimento das mesmas e propiciar a estas a independência econômica e a efetiva melhoria das condições econômicas e sociais. O estudo será realizado na ONG, Aldeias Infantis SOS Brasil em Foz do Iguaçu.

1.2 OBJETIVO GERAL

Elaborar um estudo de caso, referente à implementação do Projeto Escola de Pais das Aldeias Infantis SOS Brasil em Foz do Iguaçu, para as famílias que possuem no programa Bolsa Família a principal fonte de renda.

1.3 OBJETIVOS ESPECIFICOS:

- a) Apresentar a proposta de implementação do Projeto Escola de Pais para as famílias atendidas pela ONG, Aldeias Infantis SOS Brasil em Foz do Iguaçu, para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- b) Traçar o perfil econômico e social das famílias cadastradas no Programa das Aldeias Infantis que recebem bolsa família.
- c) Estabelecer metas e resultados a alcançar com a implementação do projeto.

1.4 JUSTIFICATIVAS DO OBJETIVO

O desenvolvimento deste trabalho se justifica no contexto da sociedade porque considera que a transferência de renda é necessária para famílias sem condições básicas de subsistência e de atendimento às necessidades básicas além de promover o desenvolvimento e a igualdade social sendo sua busca necessária nas relações humanas, em um estado de direito e para promover a justiça social e oportunizar aos cidadãos o direito de pleno exercício da cidadania e inclusão social. Tais objetivos encontram base na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 1º, especialmente no Inciso III que diz:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III - a dignidade da pessoa humana;

(...)"

Não se pode admitir ou conceber sociedade de direito que, em sua lei maior, preveja a dignidade humana como fundamento e permita, sem combate acirrado, a existência da pobreza onde cidadãos vivam sem acesso às condições mínimas de alimento, saúde, moradia e educação, citadas aqui como exemplo, mas não sendo estes os únicos direitos que garantem a dignidade da pessoa humana. Poderíamos citar outras Leis, tratados, etc. que justificariam o combate a pobreza como obrigação social, mas vamos nos ater à Constituição Federal por tratar-se da Lei maior e por não ser objetivo deste trabalho a discussão legal sobre o combate a pobreza.

Neste é considerado o constante debate da população e da mídia sobre a concessão de bolsa família, quanto a sua efetividade, sustentabilidade e adversidades para combate da pobreza da população. Existem opiniões controversas. Grande parte da população acha que ninguém merece receber dinheiro gratuitamente, e que os beneficiários não se esforçam para melhorar sua condição social, permanecendo na condição de pobreza em vez de procurar emprego, vendo o Programa Bolsa Família como uma diminuição de seu próprio trabalho que serve para sustentar quem não quer trabalhar.

Para dirimir estas querelas e modificar o senso comum faz-se necessário entender o funcionamento do Programa Bolsa Família, e reunir evidências que sirvam para responder aos questionamentos sobre sua viabilidade e se está atendendo os objetivos, que são diminuir os índices de pobreza e melhorar o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano na sociedade em questão.

Considerando que o foco deste trabalho é um estudo de caso do Projeto Escola de Pais, para as famílias atendidas pela ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, parte-se do pressuposto que os beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Foz do Iguaçu possuem a necessidade de desenvolver-se e partir para a independência econômica ou ao menos garantir a obtenção de renda além daquela provida pelo Programa Bolsa Família. Deste modo esse trabalho espera contribuir para um melhor conhecimento da necessidade do combate á pobreza e a

controversa Política Pública do Programa Bolsa Família, e propor a implementação do Projeto Escola de Pais como um caminho para o desenvolvimento social e econômico das famílias beneficiária.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para conferir a este o caráter científico que deve ter trabalhos desta natureza, a revisão bibliográfica no estudo desenvolvido, buscou referencial no contexto da Distribuição de Renda no Brasil e fundamentalmente no Programa Bolsa Família.

2.1. BASES CONCEITUAIS

O Programa Bolsa Família (PBF), é um programa de transferência direta de renda do Brasil. O (PBF) contribui para o combate à pobreza e desigualdades sociais, com condicionalidades, que visa beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, e seu objetivo é estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza. (MDS, 2015).

A ideia do programa é dar alívio imediato às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e financeira, para ter condições de progredir crescer, e gerar renda de forma autônoma. De acordo com SILVA (2014), é a transferência de um benefício financeiro, associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos, promovendo a inclusão social, contribuindo para a emancipação da família.

Existem diversos autores que versam sobre o (PBF), sendo que para alguns é necessário o acompanhamento e melhoramento do programa social. Segundo SILVA, YAZBEK E GIOVANNI (2011), não basta tirar a criança, ou o jovem da rua, ou do trabalho infantil para ir à escola. É necessário que tenha escola de qualidade e acesso para toda a população caso necessite destes benefícios. Outros autores como SOARES e SATYRO (2010), acreditam que o programa é um incentivo às famílias vulneráveis, devido suas condicionalidades, mas que estas são as primeiras a não cumprir com as exigências.

O objetivo principal do programa Bolsa Família é a inclusão social e a valorização da família.

A desigualdade na distribuição de renda e a evolução dessa desigualdade serão apresentadas no contexto histórico, que mostra que a desigualdade social na

humanidade está ligada a relação de poder, onde prevalece à lei do mais forte e no Brasil isso acontece desde sua colonização.

2.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Os problemas de Distribuição de Renda no Brasil iniciaram-se no período colonial, conforme CACCIAMALLI (2002), os donos das terras eram os detentores do poder econômico, e foi com a economia colonial que se produziu a desigualdade social brasileira. O Brasil importou grande número de escravos, começando aí o desnível social com a exclusão dessa população de escravos. A população que não era escrava, os imigrantes europeus; dedicava-se a agricultura e poucos chegavam a ser proprietários de terras, pois estas se encontravam nas mãos da elite dominante, e a grande massa de trabalhadores, não conseguia se impor aos grandes proprietários.

Esse poder político e econômico persistiu, muito pouco se modificando nos anos seguintes, até o século XX. Na década de 1930 iniciaram-se as primeiras políticas públicas de reverter essas desigualdades, criando alguns benefícios aos assalariados, mas o governo não investiu em saúde e educação continuando com a má distribuição da riqueza e permanecendo com grandes disparidades sociais.

Nos anos 1960 a 1970 a economia brasileira teve grande crescimento, mas a maior parte da população não se beneficiou com essa riqueza. O ministro da Fazenda Delfim Neto utilizava a seguinte frase: “*É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo*”, FOLHA DE SÃO PAULO (2008) e o período de sua gestão ficou conhecido como “Milagre Econômico”, mas os benefícios econômicos não chegaram até a população mais pobre. As políticas econômicas adotadas nas décadas do período militar fizeram aumentar a concentração de renda, e os ricos ficavam cada vez mais ricos.

O país chegou a ter a pior distribuição de renda do mundo nos anos 1990. Os ricos ficavam com mais da metade da renda nacional, gastando em quatro dias o valor equivalente ao que o pobre levava um ano para receber.

Apesar de ser um país rico em recursos naturais o Brasil é um país muito injusto na distribuição de suas riquezas. Utilizando o coeficiente de GINI, o Brasil aparece entre os piores índices na classificação da tabela de desigualdade na distribuição de renda.

O processo inflacionário nos anos 1980 a 1990 fez aumentar as diferenças na distribuição de renda. Segundo HOFFMAN (1995), a inflação galopante contribuiu para elevar os índices de desigualdade. Foi um período de grande instabilidade econômica, onde o dinheiro perdia valor diariamente, e isso fez o desnível social crescer, deixando o pobre em condições mais precárias e o rico mais abastado. Alguns planos econômicos; Plano Cruzado e Plano Bresser ajudaram a baixar a inflação e isso ajudou a proteger os rendimentos dos mais pobres fazendo a desigualdade regredir entre 1986 a 1989.

O índice de GINI representa a desigualdade de rendimentos entre as famílias e em 1980 era 0,597 elevando-se para 0,603 em 1990, piorando a condição econômica dos mais pobres.

A redução da pobreza e a diminuição das desigualdades passaram a ser implementadas a partir de 1990, através de políticas públicas de controle da inflação e mudanças econômicas, mas ainda assim permanecia grande a disparidade e não teve melhoras na distribuição de riquezas. Segundo CACCIAMALLI (2002), aumentou os trabalhadores autônomos e sem carteira assinada, mas os salários permaneceram baixos aumentando as desigualdades.

A melhora na distribuição de renda brasileira ocorreu no início do século XXI com a implantação de uma forte política pública de distribuição de renda e criação dos programas sociais, entre eles o Bolsa Família, através da Medida Provisória 132/2003, que nos tirou do último lugar.

2.3 DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS INDICES DE IDHM

O conceito de desenvolvimento humano é definido como a capacidade de um ser humano ampliar suas escolhas através um processo em que ele tenha capacidade e oportunidade para buscar seus objetivos enquanto pessoa. O desenvolvimento humano considera o ser humano como centro do desenvolvimento através da sua capacidade de escolha e conferindo-lhe a possibilidade de buscar seu bem estar. O crescimento econômico, baseado nos recursos ou na renda que a sociedade possui, é considerado, nesta perspectiva como meio para o desenvolvimento humano e não como objetivo fato geralmente contrário ao que se analisa o aumento da riqueza das nações.

De acordo com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento o conceito de Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que o avanço na qualidade de vida de uma população vai além do viés puramente econômico e considera outras características como sociais, culturais e políticas que influenciam a diretamente a qualidade da vida humana. Esse conceito é a base do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

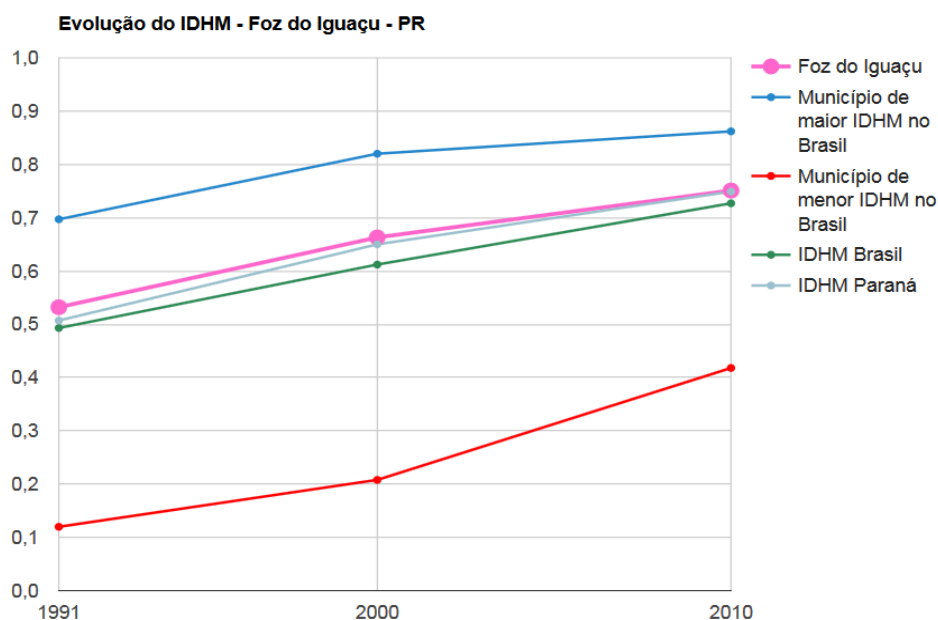
Na tabela a seguir temos os índices de IDHM de Foz do Iguaçu e na Figura 1 o gráfico comparativo do IDHM publicado pelo Atlas Brasil 2013, sendo que em ambos podemos perceber a melhora dos índices. Não cabe aqui a análise dos dados ou mesmo considerações sobre a influência do Programa Bolsa Família sobre estes.

TABELA 1 – INDÍCES IDHM EM FOZ DO IGUAÇU

| Tabela de IDH | |
|---|-----------------|
| Foz do Iguaçu | Código: 4108304 |
| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM | |
| IDHM 2010 | 0,751 |
| IDHM 2000 | 0,663 |
| IDHM 1991 | 0,532 |

FONTE: ATLAS BRASIL 2013- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DO IDHM EM FOZ DO IGUAÇU



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

FONTE: PNUD, IPEA e FJP

Pode-se afirmar sem erro que coube ao IDH ampliar a compreensão do desenvolvimento humano sem, contudo abranger todos os aspectos relevantes, e ampliar o debate sobre os diversos aspectos considerados importantes e não passíveis de aferição nas estatísticas oficiais como a democracia, participação, equidade, sustentabilidade, etc. Assim sendo o IDH indica local cujo desenvolvimento humano é alto ou baixo, mas isto não pode ser considerado, isoladamente, para indicá-lo como o melhor lugar para viver ou mesmo a medida da felicidade de seu povo.

2.4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No ano de 2003, foi instituído pelo governo Brasileiro, por meio da Medida Provisória nº 132, de 20.10.03, que foi convertida na Lei 10.836, 09.01.04, a implantação do Programa Bolsa Família (PBF), a partir da união de diversos programas vigentes, elaborados nos anos 2000 (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás). O programa consiste em conceder às famílias pobres e extremamente pobres um benefício em dinheiro que varia entre R\$ 35,00 a R\$ 306,00 mensais, e oferece quatro tipos de benefícios: o Básico, o Variável; o Variável Jovem, e o Superação da Extrema Pobreza, mediante o cumprimento de certas condicionalidades pelos beneficiários. Com o Programa Bolsa Família, as famílias de baixa renda, garantem o acesso a serviços essenciais, como alimentação, saúde e educação.

Os valores desses benefícios podem variar bastante de acordo com a situação de cada família.

- Benefício básico: esse benefício é dado às famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza, ou seja, as famílias que contam com uma renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa. Nesses casos o valor do auxílio concedido é de R\$ 77,00 por mês.
- Benefício variável – este benefício é oferecido às famílias que possuam em sua composição mulheres grávidas, mães que se encontram em fase de amamentação e/ou crianças e adolescentes entre 0 e 16 anos de idade. O valor de cada um desses benefícios é de R\$ 35,00 e cada família pode obter

até 5 dele por mês, chegando aos R\$ 175,00. Ou seja, se uma família possuir uma mulher gestante e uma criança de 12 anos, por exemplo, essa família tem direito a receber dois benefícios no valor de R\$ 35,00 cada um.

Se analisarmos a lei de criação do Programa Bolsa Família, é possível definir o Programa a partir da articulação de três dimensões específicas. São elas:

- Alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda às famílias;
- Contribuição para a redução da pobreza entre gerações, por meio do reforço do direito de acesso às políticas de saúde e de educação; e de assistência social;
- Articulação com outras políticas públicas, de forma a desenvolver capacidades das famílias beneficiárias.

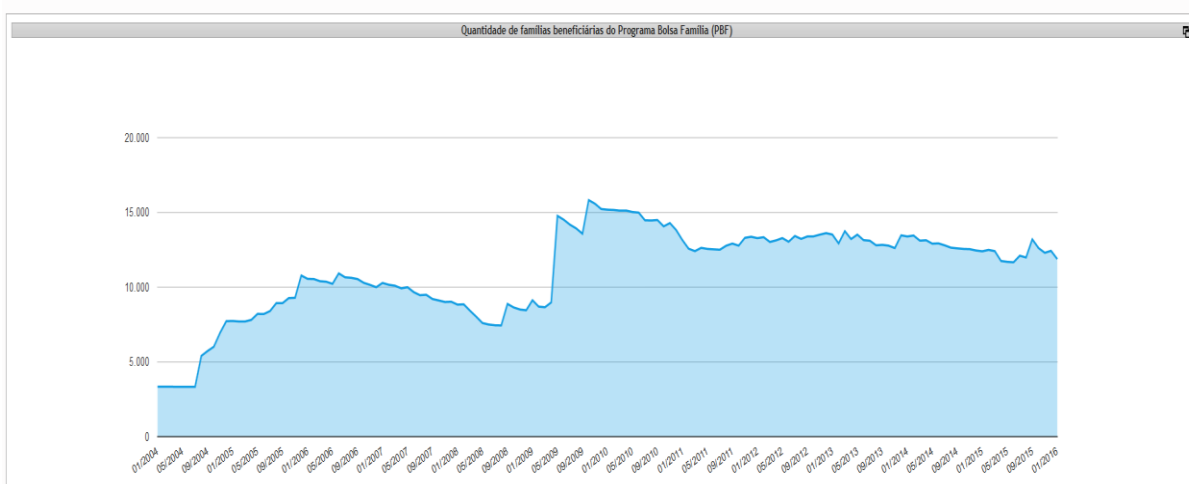
Segundo Cunha (2003), este programa possui como objetivo erradicar a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais [...]”.

Na figura abaixo temos a evolução do número de famílias beneficiária do Programa Bolsa Família na cidade de Foz do Iguaçu.

FIGURA 2 – BENEFICIÁRIOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA - FOZ DO IGUAÇU

Transferência de Renda - Beneficiários de Programas de Transferência de Renda

Foz do Iguaçu - PR



FONTE: CAIXA, Folha de Pagamentos do Programa Bolsa Família (PBF)

Considerando os dados acima podemos deduzir que houve uma melhora do IDH e um aumento temporário de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa

Família, mas não se pode deduzir simplesmente que há relação de exclusividade entre os mesmos.

2.5 INDICADOR DE POBREZA E ÍNDICE DE GINI

Para tratarmos de pobreza devemos saber definir pobreza, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE os índices que em geral são utilizadas em estudos nacionais e internacionais, se baseiam na capacidade de adquirir produtos e serviços e desses cálculos se deriva a linha de pobreza. O Banco Mundial popularizou a noção de linha de pobreza de acordo com a renda diária fixada em U\$1,00 ao dia. No Brasil, é utilizada a noção de salário mínimo para delimitar a linha da pobreza sendo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês de renda *per capita* como medida de pobreza.

O índice de GINI, de maneira sucinta, pode ser tido como um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda em uma sociedade, sendo que ele indica a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e mais pobres e numericamente situa-se entre 0 e 1. Para entender o significado do índice temos que considerar que o índice 1 representa a situação onde somente uma pessoa detém toda a renda, ou seja, a extrema desigualdade, enquanto o índice 0 representa a total igualdade onde todos possuem renda igual.

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE ao considerar o coeficiente de GINI, este apresenta a vantagem de ser uma medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão e não de uma variável representativa da maioria da população, tais como renda per capita ou do produto interno bruto. Ele é adequado, também, para comparar as distribuições de renda entre diferentes setores da população, tais como as zonas urbanas e rurais. É um índice suficientemente simples e facilmente interpretado. Por ser simples, ele permite também uma comparação da desigualdade entre economias através do tempo.

Considerando que de alguma forma a medida de pobreza esta vinculada ao ganho diário e a desigualdade entre a renda da população, independente de quais índices sejam utilizados, apresentamos, abaixo, a tabela com o desenvolvimento da renda, pobreza e desigualdade na cidade de Foz do Iguaçu.

TABELA 2 – ÍNDICES DE DESIGUALDADES EM FOZ DO IGUAÇU

| Renda, Pobreza e Desigualdade - Foz do Iguaçu – PR | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|
| | 1991 | 2000 | 2010 |
| Renda per capita (em R\$) | 569,72 | 648,86 | 842,26 |
| % de extremamente pobres | 4,67 | 4,20 | 1,75 |
| % de pobres | 18,93 | 16,26 | 7,37 |
| Índice de Gini | 0,57 | 0,57 | 0,53 |

FONTE; PNUD, IPEA E FJP 2010

De posse destes dados e considerando que é obrigação da administração pública o desenvolvimento de políticas públicas próprias ou em parceria que visam diminuir a desigualdade social, a pobreza e promover o efetivo desenvolvimento humano no âmbito de sua atuação passamos a considerar a necessidade da manutenção dos programas de renda mínima e sua complementação com projetos e programas de desenvolvimento da população beneficiária.

3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

3.1. DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

As Aldeias Infantis SOS Brasil é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que defende os direitos de crianças, adolescentes e jovens por meio de ações de desenvolvimento sócio comunitário. No Brasil desde 1967, hoje apoia cerca de 10 mil crianças, adolescentes e jovens distribuídos em 12 estados e no Distrito Federal em 23 programas.

Presente em 134 países, A ONG atua com crianças em situação de vulnerabilidade social, que perderem ou estão prestes a perder os cuidados de suas famílias.

No acolhimento institucional, cada núcleo familiar é composto por até nove crianças, irmãos biológicos ou não, de diferentes idades e de ambos os sexos que ficam sob o cuidado de uma mãe social (cuidadora residente). Cada núcleo familiar possui suas próprias características, ritmo e rotina. No núcleo familiar estimula-se a convivência na comunidade, compartilhando responsabilidades, trabalhando conflitos e limites da vida cotidiana, na perspectiva de um desenvolvimento integral. Os núcleos familiares estão inseridos no meio comunitário, onde crianças, adolescentes e jovens têm a oportunidade de participar ativamente da realidade local.

As crianças são encaminhadas pelas autoridades da Infância, os irmãos biológicos não são separados. A Organização detém a guarda provisória e excepcional das crianças adolescentes e jovens a ela confiada. Sempre com a garantia de seus direitos básicos como: alimentação, educação, saúde, lazer e o direito à convivência familiar e comunitária. A idade varia de 0 a 18 anos e o tempo para permanência é analisado individualmente. Para os jovens, em processo de emancipação, a Organização oferece apoio, orientação e acompanhamento, por um período específico, até que esteja garantida sua autonomia.

As Aldeias Infantis SOS Brasil também atua na promoção, defesa e garantia integral dos direitos das crianças adolescentes e jovens. Isso é feito através da participação em diversas redes, campanhas com assento em diferentes conselhos municipais, estaduais e federal (CONANDA), com o objetivo de trazer ou evitar mudanças que firam os direitos da criança e do adolescente.

Atuação em Foz do Iguaçu: Inaugurado em 2011, o Programa das Aldeias Infantis SOS Brasil em Foz do Iguaçu tem duas frentes de atuação:

Acolhimento Institucional: 5 casas-lares com capacidade de atendimento para 50 crianças, adolescentes e jovens de 0 a 18 anos.

Fortalecimento Familiar e Comunitário: Atendimento de 93 famílias e cerca de 300 crianças, adolescentes e jovens em quatro bairros da cidade de Foz. Cidade Nova, (Jardim Almada e Andradina), Porto Meira, (Bubas e Morenitas), Três Lagoas, (Lagoa Dourada) e Morumbi, (Portal da Foz e Favela da Batalha).

3.2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A ONG Aldeias Infantis SOS de Foz do Iguaçu lançou, em abril de 2015, o projeto “Escola de Pais”. Seu objetivo é fortalecer os vínculos familiares já fragilizados a fim de prevenir a perda do cuidado parental e, com isso, o acolhimento de crianças e adolescentes. Com apenas quatro meses, “Escola de Pais” já atendia diretamente 85 famílias e, de maneira indireta, 300 crianças, adolescentes e jovens residentes de quatro bairros da cidade: Cidade Nova, Porto Meira, Morumbi e Três Lagoas.

O público do projeto é formado por famílias em situação de vulnerabilidade social que são encaminhadas à organização por órgãos da rede de atendimento, como Conselho Tutelar, Vara da Infância e Ministério Público, entre outros. O atendimento é feito por uma equipe técnica, composta por coordenadora, assistente social e psicóloga, que realiza visitas domiciliares e elabora um Plano de Desenvolvimento Familiar (PDF) para cada família, além de orientação financeira para utilização da renda geralmente oriunda do Programa Bolsa Família.

De acordo com Rita Borges, coordenadora do projeto, os resultados já são visíveis. “Hoje vejo alguma famílias, já rotuladas pela rede de atendimento como problemáticas, aderirem ao projeto com entusiasmo, buscando se fortalecer e promover. Isso é gratificante”, conta.

O projeto “Escola de Pais” ainda conta com oficinas de formação para pais e responsáveis, abordando questões relacionadas ao desenvolvimento infanto-juvenil, como nutrição, cuidado em saúde, psicologia, desenvolvimento humano, cidadania e direitos humanos.

A proposta é propor a implementação do Projeto Escola de Pais, da ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, para as famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família em Foz do Iguaçu, como forma de combate à pobreza e inclusão social.

O Objetivo é integrar social e familiarmente essas crianças, adolescentes e jovens. Impulsionando sua autonomia, com orientação educacional, para que se sintam protegidos e incluídos na sociedade, além de oferecer um ambiente familiar e uma formação sólida para alcançarem uma vida autônoma.

Metodologia, de acordo com Demo (1992), é o estudo dos caminhos e dos instrumentos usados para se fazer ciência, assim sendo, o método é responsável por apresentar, o processo de uma pesquisa e também os resultados. Pode-se afirmar com certeza que o método permeia todo o processo em si, desde a concepção até as considerações finais.

Este é um estudo de natureza qualitativa, de caráter investigativo e interpretativo, e tem como estratégia de pesquisa o estudo de caso. Para Yin (2013), o estudo de caso objetiva uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica da coleta de dados e na análise destes dados, mostrar características importantes do programa, objeto do estudo, pois assim é possível testar a validade dos problemas de pesquisa, frente às pesquisas bibliográficas.

Este estudo analisa os dados econômicos e sociais com foco no Programa Familiar e Comunitário das Aldeias Infantis SOS Brasil, em Foz do Iguaçu que recebem Bolsa Família do Governo Federal. Foi utilizada a estratégia da pesquisa documental, por meio do levantamento de dados secundários disponibilizados nos relatórios de resultados da Instituição e a interpretação dos resultados foi realizada levando em consideração a comparação dos resultados das famílias cadastradas no programa das aldeias beneficiadas pelo programa Bolsa Família.

A avaliação dos dados levantados neste estudo possibilita a elaboração das análises e considerações, mas sem a pretensão de serem definitivas, referentes à eficiência e participação do Programa Bolsa Família como política pública para a inclusão social, o atendimento à população carente e o aumento do índice da população efetivamente atendida pelo programa, bem como a relação entre as condições econômicas, de melhoria da qualidade de vida e outras, sendo expressos por meio de tabelas, gráficos e das considerações finais deste artigo. A partir destes dados apresenta-se o Projeto Escola de Pais para as famílias atendidas pela ONG

Aldeias Infantis SOS Brasil como opção de desenvolvimento e continuidade do trabalho de combate a pobreza na busca de sua erradicação.

3.3. MATERIAL

Para a realização do estudo o material relativo ao Programa Bolsa Família utilizado, é oriundo das publicações da CEF, e por acesso eletrônico no site da CEF Caixa Econômica Federal, disponíveis no sítio; www.caixa.gov.br e sítio: www.calendariobolsafamilia2015.com.br, além de informações do Ministério do Desenvolvimento Social, disponíveis no sítio; www.mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia, o material sobre a pobreza é oriundo de publicações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pelo Programa Brasil Sem Miséria através das Ferramentas sobre o Programa Brasil Sem Miséria nos Municípios, disponíveis no sítio www.mds.gov.br e mais material do Programa *Bolsa Família*, disponível no sítio www.portaldatransparencia.gov.br, dos dados. O material relativo a ONG, é de origem de membros voluntários e através do sítio; www.aldeiasinfantis.org.br. Além deste material, diretamente relacionado ao objeto de pesquisa, há também materiais e informações sobre a população e desenvolvimento da cidade de Foz do Iguaçu, sobre o índice de desenvolvimento humano e outros que serviram como referencial ao trabalho e que ajudaram na produção desta pesquisa.

4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA DESCRIÇÃO PROBLEMA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

O Projeto Escola de Pais tem como estratégia o mapeamento de necessidades, a identificação, articulação e mobilização das famílias, no planejamento e realização de atividades formativas que oportunizem o desenvolvimento integral das famílias e nas regiões mais vulneráveis do município de Foz do Iguaçu – PR, com vistas a fortalecer vínculos familiares fragilizados na perspectiva de prevenir situações de acolhimento institucional.

O objetivo é promover ações educativas que favoreçam o fortalecimento de famílias em condição de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, na perspectiva de uma convivência familiar e comunitária de qualidade visando à proteção integral de crianças e adolescentes, além de orientação financeira da renda oriunda do Programa Bolsa Família, em quatro bairros de Foz do Iguaçu.

4.1.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Foram elaborados alguns instrumentais básicos para o desenvolvimento do projeto: Termo para Porta de Entrada, Termo de Parceira e PDF (Plano de Desenvolvimento Familiar). Esses instrumentais serão utilizados para formalizar algumas ações e reunir indicadores qualitativos e quantitativos para o monitoramento do projeto.

As regiões escolhidas foram: Cidade Nova (Jardim Almada e Andradina), Morumbi (Portal da Foz e Favela da Batalha), Porto Meira (Bubas e Morenitas) e Três Lagoas (Lagoa Dourada).

A partir da escolha dos bairros, o projeto foi apresentado às entidades, serviços e programas existentes no município, formalizando as parcerias para possíveis encaminhamentos da demanda além da disponibilidade de espaço físico para realização das oficinas e seminários.

O trabalho iniciou-se, a partir do estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições para o encaminhamento das famílias.

Foram realizadas visitas de campo visando à familiarização das equipes com a realidade dos moradores a interação com a comunidade na qual estes estão inseridos e que se tornará local do projeto Escola de Pais, conforme imagem a seguir:

FIGURA 3



FIGURA 3 – FOTO BAIRRO PORTO MEIRA – BUBAS
FONTE: ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL – FOZ DO IGUACU 2015

O critério para a seleção das famílias são os vínculos fragilizados em vias de perder o cuidado parental em vista de acolhimento institucional. O comprometimento com a promoção e defesa de direitos da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social.

Após a identificação e seleção das famílias ações serão desenvolvidas de acordo com a necessidade de cada comunidade.

- As oficinas de abordagem e diagnóstico já foram realizadas em dois bairros, com o objetivo de levantar possíveis temas e identificar horário, data e locais favoráveis a maior participação das famílias.
- Após o diagnóstico e identificação das necessidades da comunidade, a equipe desenvolverá atividades educativas com as famílias incluídas.
- O monitoramento e avaliação dos processos e ações realizadas acontecerão concomitantemente com a execução das oficinas.

4.1.2 RECURSOS

Considerando a implementação para o Projeto da Escola de Pais, da ONG Aldeias Infantis SOS Brasil em Foz do Iguaçu, haverá a necessidade de recursos humanos.

O recurso financeiro é proveniente de doações e órgãos assistências, e o capital humano provém de voluntariado, assim o projeto como se apresenta, não terá gastos extras para seu desenvolvimento.

4.1.3 RESULTADOS DO PROJETO IMPLANTADO

Nas comunidades onde o projeto já está implantado verificou-se o seguinte resultado em 2015:

- O retorno à escola para crianças e adolescente em situação de evasão escolar;
- O retorno ao convívio das famílias de crianças e adolescentes que estavam sob os cuidados de outros;
- Apoio a famílias do projeto em audiências;
- Encaminhamento ao NUCRIA de famílias onde há indícios de vínculo com criminalidade por parte do pai, e de certa forma, mantém a esposa e os filhos refém dessa situação;
- Apoio na obtenção de cadeira de rodas;
- Encaminhamento a Defensoria Pública para regularização de adoção ilegal;
- Notificação ao Conselho Tutelar de caso de resistência ao tratamento para dependência química que colocou em situação de risco os filhos;
- Apoio à família com crianças após a internação para desintoxicação devido a dependência química e a continuidade do tratamento no CAPS I;
- Apoio e orientação na regularização da documentação de pessoa de origem Paraguaia, cujo cônjuge foi assassinado;
- Manutenção do convívio familiar de crianças e adolescentes enviadas para acolhimento institucional por abandono;

- Apadrinhamentos de crianças e adolescentes;
- Apoio à gestantes em situação de risco com intenção de prática de aborto;
- Encaminhamento ao Conselho Tutelar de família cujo chefia necessitava avaliação médica, saúde mental em razão da situação de risco dos infantes;

4.1.4 MELHORIAS CONSTATADAS

Após a implantação do projeto além da verificação dos resultados acima, é visível as mudanças nas atitudes das famílias em relação aos seus membros como as seguintes:

- Cuidados básicos, crianças mais limpas, roupas com maior cuidado, casas mais organizadas, melhora no cuidado com a alimentação e higiene pessoal;
- Maior comprometimento na vida escolar dos filhos, maior frequência escolar, menos evasão, pais indo até a escola e participando das reuniões;
- Autonomia, em especial da mãe, mães que retornaram ao mercado de trabalho, sendo casos de sucesso onde as mães passaram a buscar formas de melhorar a renda familiar;
- Resgate e melhora da autoestima dos genitores;
- Comunicação mais saudável, menos gritos e mais dialogo mais afeto e menos violência;
- Mães mais felizes, realizadas, afetuosas, calmas e mais seguras;

FIGURA 4



FOTO 2 – FAMILIAS PARTICIPANTES DO PROJETO
FONTE: ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL – FOZ DO IGUAÇU 2015

4.1.5 RESULTADOS ESPERADOS

Considerando os dados e os apontamentos acima, o Projeto Escola de Pais, implantado pela ONG Aldeias Infantis SOS Brasil em Foz do Iguaçu, atende à necessidade de complementação ao Programa Bolsa Família no intuito de propiciar às famílias o desenvolvimento social e econômico necessário a sua emancipação. Cabe ressaltar que o Programa Bolsa Família visa garantir renda mínima para que as famílias possuam o mínimo para sua subsistência enquanto seus filhos têm garantido o acesso e permanência nas escolas, e o Projeto Escola de Pais busca o fortalecimento dos vínculos familiares na manutenção da relação entre os membros, evitando desmembramentos e auxiliando através da orientação o desenvolvimento das famílias para a mudança de concepção na diminuição da vulnerabilidade social.

Não é necessário provar, mas é sabido que a vulnerabilidade social é fruto e consequência de fatores históricos e a falta de formação escolar adequada, além da desestruturação familiar tão característica dos dias atuais. As famílias se perdem com problemas que começam no abandono social, e não conseguem construir uma vida digna, onde acabam não encontrando mais o caminho, indo morar nas ruas e favelas.

A exclusão social, a falta de acesso à educação, saúde e moradia, ou seja, a privação da própria cidadania e identidade. Isto, sim, é um fator de risco para o álcool, a droga, prostituição e destruição da dignidade humana. Não tendo oportunidades as pessoas se entregam e a maior consequência disso, é repassar aos filhos o mesmo destino, permanecendo na mesma linha de pensamento, porque foi o que aprenderam e não enxergam outra saída.

No caso da criança é uma situação de abandono completo, e se essa criança, que vem de uma situação de família muito agressiva, não for resgatada pela sociedade, vai se tornar um adulto com poucas condições de crescimento. Aí entra o papel das políticas públicas de inclusão social. O estado não pode ser omissor, e nem a sociedade pode abandonar seus semelhantes. Através dos agentes educadores, voluntários e da ajuda da sociedade, por meio de ONGs, como a proposta deste estudo e projeto, é que os marginalizados e excluídos podem ter acesso ao conhecimento e condições de desenvolvimento.

5 CONCLUSÃO

O Objetivo deste trabalho foi realizar um estudo de caso para implementar o Projeto Escola de Pais realizado pela ONG Aldeias Infantis SOS Brasil, de Foz do Iguaçu como forma de combate à pobreza. Para atender esse objetivo foram analisados dados relacionados à esta ONG, onde constatou-se a adequação da necessidade das famílias e no propósito de sua emancipação social e econômica.

Esse projeto tem potencial para ser referência no incremento ao combate à pobreza, através do fortalecimento familiar, cuja desestruturação é a base da pobreza. Os dados apresentados foram pesquisados e avaliados correlacionando com as fontes de pesquisa.

Analisando os dados coletados, e o trabalho da ONG, é nítida sua atuação na questão familiar, na orientação e apoio legal para manutenção da família e preservação da vida especialmente de menores e pessoas em situação de dependência.

Considerando que o Programa Bolsa Família provê a renda mínima necessária gerando uma segurança alimentar, o trabalho da ONG vem em complemento a este, fortalecendo vínculos entre os membros da família possibilitando seu desenvolvimento, tanto econômico como social. A ação gerada pela aproximação e interesse das pessoas envolvidas no Projeto Escola de Pais, com as famílias desestruturadas, faz com que muitos problemas sejam solucionados de forma a impedir a repetição e permanência da pobreza na transferência do problema aos seus filhos.

Por fim, considerando que os programas de Transferência de Renda, isoladamente não possuem a capacidade de resgatar as famílias do ciclo vicioso da pobreza, a proposta de agregar o Projeto Escola de Pais ao contexto familiar possibilitará o desenvolvimento social, capaz de emancipar as famílias a médio e longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. n. 5. Poder Executivo, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Medida provisória n. 132** de 20 de outubro de 2003. Cria o Bolsa Família, 2003. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/leis-1> Acesso em: 01 mar. 2016.

CACCIAMALLI, Maria Cristina. **Distribuição de Renda no Brasil**: persistência do elevado grau de desigualdade. Manual de Economia, São Paulo. Ed. Saraiva, 2002.

Calendário Bolsa Família – **Bolsa Família**, 2016; Disponível em: <<http://www.calendariobolsafamilia2015.com.br/bolsafamilia-2016>> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

CEF. Caixa Econômica Federal – **Bolsa Família**, 2015; Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>> Acesso em 22 de novembro de 2015.

CUNHA, Rosani. **A garantia do direito à renda no Brasil**: a experiência do Programa Bolsa Família Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/doc_africa_brazil/Webpage/missao/Artigos/ARTIGO_ROSANICUNHA.pdf> Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

DEMO, P. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: EDUSP, 1998.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Nota técnica sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 2 dezembro de 2015.

IPECE. Instituto de Pesquisa do Ceará. Entendendo o Índice de GINI; Disponível em <http://ipece.ce.gov.br/>> Acesso em 12 de fevereiro de 2016

Jornal Folha de São Paulo; Colunista Antonio Delfim Netto; Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>> Acesso em 10 de fevereiro 2016

Lei nº 10.836/2004 - "Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família - Criado pelo Governo Federal Brasileiro, o Bolsa Família é um programa de distribuição de renda que visa a redução das desigualdades econômicas e sociais no país, beneficiando as camadas mais humildes da população, e dá outras providências.-

Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome." - Data da legislação: 09/01/2004 - Publicação DOU, de 12/01/2004.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social – **Bolsa Família**, 2016; Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/paginas/default.aspx>> Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

Medida Provisória nº 132/2003 - "Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família – Transformou-se em lei nº 10.836/2004" - Data da legislação: 20/10/2003 - Publicação DOU, de 21/10/2003.

PLANALTO – Lei Bolsa Família, 2004; Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>> Acesso em 22 de novembro de 2015.

SILVA, Josué Pereira da. **Por que Renda Básica?** São Paulo: Annablume, 2014

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Sergei; **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade.** Brasília: IPEA, 2007. (Texto para Discussão, n. 1.293). Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1293.pdf> Acesso em 22 de novembro de 2015.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras.** In: CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia (org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** Brasília: IPEA, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social.** - 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.